**FORMAÇÃO CRÍTICO REFLEXIVA: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ÂMBITO DO PIBEX DA UNESPAR**

Matheus Aparecido Alves Porto – Fundação Araucária

Unespar/*Campus* de Paranavaí – e-mail: matheusaa198@gmail.com

Edinéia F. Navarro Chilante

Unespar/*Campus* de Paranavaí – e-mail: edineia.chilante@unespar.edu.br

Programa Institucional de PIBEX

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas e da Educação

**INTRODUÇÃO**

O presente texto reflete sobre a Formação Continuada dos profissionais da Educação no Estado do Paraná a partir da experiência desenvolvida no âmbito das atividades elaboradas pelo Observatório da Educação no PIBEX 2021-2022. O Observatório da Educação é um projeto de extensão do Colegiado de Pedagogia da Unespar, campus de Paranavaí, que tem como um de seus objetivos a formação dos profissionais da Educação da região de abrangência do campus de Paranavaí. Para dar conta do objetivo proposto, iniciamos, ainda nesta introdução, a explanação sobre o significado da Formação Continuada dos Profissionais da Educação. Na sequência, apresentamos o método de análise por nós utilizado neste estudo, seguido das principais características do projeto de Extensão do Observatório e das ações de Formação Continuada desenvolvidas em parceria com a APP Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado do Paraná. Para tanto, apresentamos as principais características da política estadual para a formação de professores no Estado, em sintonia com o processo de gerencialismo da educação. Por fim, analisamos as manifestações dos profissionais da educação, coletadas durante os processos formativos que reforçam a necessidade de formação histórico reflexiva e a articulação entre a Educação Básica e a Universidade.

A formação Inicial é o processo formativo introdutório para a docência. Entende-se que, pelo apego a formação específica, o campo da prática pedagógica compõe uma parte restrita nesses cursos, criando assim lacunas que devem ser preenchidas por formações complementares.

Diante disso, tomamos a formação continuada como a busca constante por aperfeiçoamento técnico, prático e informacional que visa implementar, nos processos de ensino e aprendizagem, o conhecimento da realidade do aluno, partindo da autorreflexão particular ou coletiva acerca da práxis político-pedagógica. Uma vez que a formação continuada também está direcionada para adaptação das transformações na esfera escolar, seja no sentido de planejamento educacional, político ou social. (BARBOSA; SILVA; PINTO, 2021).

Fávero, Tonieto e Roman (apud, BARBOSA; PINTO; SILVA, 2021) conferem à complementariedade da formação continuada o caráter de essencialidade, dado que o conhecimento prático docente, desenvolvido nos cursos de licenciatura não se provam suficientes para sanar as exigências pertinentes a realidade educacional. A estratégia de correlacionar a construção ativa do fazer docente, em sintonia com os problemas da sociedade contemporânea, está intimamente relacionada a uma educação emancipadora, formadora de cidadãos, como garante o artigo 2 da LDBEN/1996:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996).

No contexto histórico dos cursos de formação docente no Brasil, Saviani (2009) analisa as estruturas fundadoras dos cursos de licenciatura e determina a existência de dois modelos formativos: o primeiro propõe a formação teórica, voltando-se para a modelagem do conhecimento específico. O segundo modelo diz respeito às questões didático-pedagógicas. Fica claro que, a prioridade dada ao modelo teórico, enquadra-o como formação inicial enquanto o desenvolvimento do segundo, atém-se às práticas do cotidiano.

Dado o grau de afastamento dos cursos de formação docente das discussões sobre as práticas pedagógicas, os cursos de formação continuada tomam essa esfera como norteadora para construção do conhecimento. Os projetos de formação continuada organizam-se a partir de inúmeras formas, desde grupos de estudos, cursos de especialização e cursos de extensão. É importante ressaltar que o Estado, apesar de ser o principal interessado pelos resultados desse processo formativo dos profissionais da educação, ele não é o único proponente, e de longe, o melhor, visto que as variações ideológicas de cada governo alteram a envergadura e os objetivos desses projetos.

Diante disso, a Universidade pública assume um papel de extrema importância quando volta os resultados da sua produção do conhecimento científico para educação básica, revitalizando o seu papel social e afastando-se do “encastelamento teórico”. Jardino e Diniz (2019) representam que, na década de 1990, surgem então novas concepções teóricas-metodológicas acerca da educação, onde a noção de formação docente apresenta-se com maior impacto na relação escola/universidade, diminuindo o distanciamento entre essas instituições através da: “[...] postura identitária dos intelectuais da educação que estão na universidade com os/as professores/as da escola básica” (DINIZ; JARDILINO, 2019, p. 04). Era preciso que se desenvolvesse uma epistemologia significativa, contrariando as receitas tradicionais tecnicistas, desmoldada da normativa cientificistas proponente da apresentação do conhecimento científico sem contemplação com a prática, mensurando que esta fosse aplicada automaticamente no cotidiano dos educandos.

Para efetivamente promover uma prática de reflexão didático-pedagógica, é necessária uma formação crítico-reflexiva. Segundo Pimenta & Ghedin (*Apud* DINIZ, JARDILINO, 2019, p.05) Schon, autor da epistemologia crítico-reflexiva, delibera que o cerne dessa perspectiva se orienta pela importância dada à prática profissional como situação de autonomia nos processos de desenvolvimento crítico do conhecimento, desde a problematização até a análise. Com isso, o conhecimento teórico desenvolvido durante a formação inicial estabelece ligações com a realidade prática e dialoga com as necessidades recorrentes de alteração nos processos de ensino e de aprendizagem.

Os profissionais da educação básica que são inseridos no universo formativo pautado na perspectiva crítica acerca das práticas docentes, deparam-se com a possibilidade de desenvolverem a socialização das reflexões de suas experiências profissionais pela via da construção colaborativa do conhecimento; a oportunidade de estabelecimento de parcerias não limita-se a seus pares, outras esferas do setor da educação podem estar intervindo nos processos de formação continuada, assim como a APP Sindicato apresenta-se como um via alternativa à formação com aspectos técnicos oferecida pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná na atual gestão (2018-2022). Foram essas perspectivas que nortearam a construção dos projetos de formação oferecidos pelo Observatório da Educação (Unespar/Paranavaí), no âmbito do PIBEX (2021-2022), em colaboração com a APP Sindicato dos trabalhadores da Educação do Estado do Paraná, descritos no próximo item

**MATERIAIS E MÉTODOS**

Trabalho de caráter descritivo e exploratório, no qual utilizamos a metodologia qualitativa por meio de estudo bibliográfico, documental e análise dos relatos dos participantes dos cursos de formação oferecidos no âmbito do PIBEX/Unespar. Parte do pressuposto de que a realidade complexa precisa ser analisada na sua totalidade para compreender a organização da educação, no contexto das transformações do papel do Estado na oferta da educação pública.

**OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO E APP-SINDICATO: ESPAÇOS DE FORMAÇÃO**

O Observatório da Educação é um Projeto de Extensão vinculado ao Colegiado de Pedagogia da Unespar, *campus* Paranavaí. Foi criado em fevereiro de 2021, com o objetivo central de promover, para os estudantes de graduação e pós-graduação, egressos dos cursos de Licenciatura, professores da Educação Básica, movimentos sindicais em geral, atividades de extensão no sentido de incentivar e criar espaços para reflexão e produção do conhecimento sobre as políticas e práticas da Educação do Estado do Paraná. Para isso, o programa promove seminários, painéis, grupos de reflexão e, principalmente, oficinas e cursos de formação inicial e continuada.

Desde a sua criação, foram organizadas diversas atividades que buscaram atender à necessidade de formação em várias áreas da política e da gestão educacional e escolar. Assim, foram desenvolvidas as seguintes atividades: Formação para Conselheiros dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, I Seminário sobre o Piso Salarial Profissional e as metas do Plano Nacional de Educação para os Municípios do Estado do Paraná, além de mesas de debate sobre a Reforma do Ensino Médio.

Ressaltamos que as ações desenvolvidas pelo Observatório da Educação são baseadas na metodologia dialógica interdisciplinar e interinstitucional, abordando temas pertinentes às políticas e práticas da gestão educacional e da gestão escolar. Quanto às parcerias interinstitucionais, chamamos atenção para as atividades desenvolvidas com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e, principalmente com a APP Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Paraná, essa última, instituição civil de representatividade jurídica e política dos trabalhadores em Educação do Estado do Paraná.

Dado o contexto atual da organização da educação paranaense, a APP Sindicato tem assumido questões para além da esfera burocrática e sindical, criando, através desse vínculo colaborativo com a Universidade Pública, uma alternativa de formação continuada que se apresenta como resistência ao projeto governamental de corrosão da organização e das relações profissionais no ambiente escolar. Essas atividades formativas tiveram como cerne o estabelecimento de discussões que acompanham as transformações nas políticas da Gestão Educacional com implicações para a gestão escolar no Estado, como explicaremos mais adiante neste texto.

O Curso de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica: aspectos teóricos e práticos – iniciou as atividades em abril de 2022, objetivando estabelecer discussões acerca dos impactos, no ambiente escolar, da implementação de um projeto político de empresariamento da educação no Paraná, seja no formato de organização e construção dos processos de ensino e aprendizagem ou nas relações de trabalho. A programação do curso de Formação foi dividida em duas etapas: uma *online* viaPlataforma *Zoom*, que encerrou no mês de julho (2022). Nesta etapa foram realizados seis encontros, totalizando 24 horas de atividades. Cada encontro, denominado de “conferência” foi ministrado por um ou mais especialista da área do conhecimento proposto, além de registrar, no final de cada encontro, um debate envolvendo os participantes organizado por meio de questões problematizadoras e apontamentos feitos aos conferencistas e/ou por mesas redondas de discussão.

A segunda etapa está prevista para acontecer entre os meses de outubro e dezembro de 2022. Para essa etapa estão planejadas quatro oficinas presenciais que totalizarão 16 horas de atividades. Esses encontros acontecerão de forma simultânea nos 29 Núcleos Sindicais da APP Sindicato. Propõe-se essa articulação para abranger o maior número de regiões e municípios do Estado, englobando estudantes da graduação e pós-graduação da Unespar, UEL e outras universidades públicas, além de profissionais da educação básica, sejam esses sindicalizados ou não. Todas as discussões e propostas elaboradas serão registradas, organizadas e sistematizadas para produção de um Caderno que servirá de material auxiliar para orientação das universidades no processo de formação docente.

Importante trazer, aqui, algumas informações sobre a APP Sindicato dos trabalhadores da Educação do Estado do Paraná. A APP Sindicato tem origem em 1947, ano de reabertura democrática, pós Estado Novo (Governo Vargas de 1937 a 1945) e expansão quantitativa da educação pública no Brasil. Inicialmente, apresentou-se com a nomenclatura de Associação dos Professores do Paraná, que integrava, em primeiro momento, somente o corpo docente da Educação Básica. Posteriormente, em 1997, a APP fundiu-se com Associação dos Funcionários de Escola Pública dando origem a um Sindicato que defende os interesses dos profissionais da educação básica pública do Estado – professores e funcionários de escola. (APP, 2022)

Durante os 75 anos de sua existência, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná esteve à frente de inúmeras conquistas de direitos e movimentos de reivindicações através da luta unida. Algumas dessas conquistas se deram por meio de longas greves, enfrentando a força repressiva do Estado. Pode-se destacar alguns momentos históricos que caracterizaram a luta sindical, como: a primeira manifestação pública, ocorrida em 1949, em Curitiba, reivindicando o Plano de Carreira; mobilizaram-se cerca de 1,5 mil professores que conquistaram a Lei do Magistério Primário. Mesmo em um momento de ruptura democrática, e de extrema repressão aos movimentos sociais reivindicadores de direitos, em 1968, a APP promove “Congresso do Magistério” o que, na verdade era um movimento grevista disfarçado para evitar a repressão política da ditadura militar, reivindicando a implantação definitiva do Plano de Carreira. Integrando o movimento grevista nacional, em 1978 a Associação De Professores Licenciados do Paraná aderiu à paralisação total, mesmo sofrendo ameaças de prisão. Nesse ínterim, a APP (no período constituía-se como outra instituição, e que em um futuro breve, ambas se integrarão em um único sindicato) também aderiu à greve. Um outro episódio que marcou a luta do sindical da APP foi o de 30 de agosto de 1988; o então governador Álvaro Dias descumpre as exigências do acordo estabelecido de três salários mínimos como piso para a categoria dos professores. O estado de greve geral é retomado e as respostas do governador Dias vem através da repressão violenta da Cavalaria da Polícia Militar, deixando muitos grevistas feridos. (APP, 2022)

É evidente o papel do Sindicato dos Trabalhadores da Educação nos momentos históricos/políticos de crise geral na Educação. Essa via de atuação não se restringe somente a práticas burocracia ou jurídicas, pois os planos de ação devem adaptar-se às condições contextuais. Assim, durante a sua existência, as ações sindicais da APP sempre estiveram voltadas, também, para área de formação crítica do contexto histórico-político nacional e, principalmente, estadual. Isso se reflete nos Congressos e nas Conferências de Educação organizadas pela APP, mas, também em ações de formação em parceria com as Universidades públicas do Estado.

No atual contexto em que as práticas docentes, juntamente com a verticalização das relações de trabalho no ambiente escolar e a proposta de reorganização dos processos de ensino e aprendizagem, a formação crítico reflexiva se torna cada vez mais importante. É através dessas demandas que se consolida a ponte colaborativa entre a Unespar, por meio do Observatório da Educação, e a esfera civil, representada pela APP Sindicato.

**A gestão por resultados e as mudanças na gestão educacional e escolar no Paraná: vozes silenciadas dos profissionais da educação**

O modelo atual de gestão educacional, no contexto do Paraná, pode ser entendido como uma construção longa e gradual, onde os resultados ainda se apresentam no desenrolar do processo histórico. Desde a década de 1990, as políticas neoliberais vêm sendo aplicadas e gestadas no sentido de mercantilizar o aparato educacional estatal, eximindo a atuação do Estado na formação profissional, intelectual e cidadã. Em 1980, durante o processo de reabertura democrática, houveram discussões que definiram o papel fundamental da formação escolar como sendo, segundo Mendes, Horn e Rezende (2019), o principal elemento para a transformação da sociedade. Como resultado desses debates, surgiu o Currículo Básico: documento criado por professores da SEED para normatizar a formação no Paraná. Contudo, não tiveram espaço para ser implementado, pois o Governador Jaime Lerner (1995-2002) tinha outros planos para a organização da educação estadual: começando com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacional do Ensino Médio (PECNEM) que se configurava como projeto ausente do processo democrático da elaboração curricular; por outra via, a falta de concursos públicos para contratação de professores efetivos foi igualmente implantado, trazendo como consequência o aumento do quadro precário de professores temporários. (MENDES, HORN , REZENDE, 2019).

Durante esse período de esvaziamento das discussões curriculares e pedagógicas, a formação continuada transforma-se em “[...] programas motivacionais e de sensibilização, sem nenhuma preocupação com a produção docente – do crescimento profissional e intelectual do professor”. (HORN, MENDES, REZENDE, 2019. p. 5). Esse conjunto de medidas que foram implantadas durante o governo Lerner sediaram em sua essência, a lógica neoliberal. Almejava-se submeter o ambiente escolar aos fundamentos do modo de produção capitalista por meio das transformações políticas financiadas pelo capital transnacional. Exigia-se cada vez mais flexibilização dos trabalhadores que a escola pública estava formando.

Vale a pena salientar que no Paraná aconteceu um período de relativo progresso para Educação estadual, durante os dois mandatos de Roberto Requião (2003-2010), com a implementação de políticas de ressignificação dos princípios educacionais da escola pública, universal e democrática. Contudo, em 2011, o projeto neoliberal foi retomado intensamente com a eleição de Beto Richa para Governador (2011-2018). Além das velhas políticas de precarização da atividade docente, o campo da formação continuada foi transformado em uma ação fragmentada e esvaziada de sentido profissional. Mas o que de fato caracterizou e apresentou-se como novidade em seu mandato, foi a conversão da gestão escolar em sentido do cumprimento de metas para as avaliações de larga escala (IDEB e Prova Paraná). Essa visão empresarial mercadológica tem promovido uma falsa percepção de melhoria nos índices educacionais, sem que as estruturas defasadas da organização escolar sejam remodeladas (MENDES, HORN, REZENDE, 2019).

A partir da retomada do processo histórico da penetração neoliberal na educação pública, compreendemos melhor o modelo recente de gerenciamento do ensino. Desde 2018, o atual governador Ratinho Júnior (2018-2026) vem implementando medidas que consolidam a hegemonia de uma visão empresarial da educação, dando sequência ao projeto neoliberal que perpassou a política de seus antecessores. Mendes, Horn e Rezende (2019) expressam que as mudanças no modo de produção capitalista e, consequentemente, nas relações de trabalho, influenciam diretamente a estrutura política da educação. Um exemplo claro é a Reforma do Ensino Médio, que vem no sentido de flexibilizar os alunos para as competências e habilidades exigidas no mercado de trabalho, enquanto a formação crítico-cidadã é renegada.

Em termos específicos, cabe aqui, como objetivo central, a análise da formação continuada subsidiada pela Secretaria da Educação e Esportes do Paraná, através dos 15 Roteiros de Tutoria Pedagógica lançados entre fevereiro e agosto de 2019, pelo Departamento de Acompanhamento Pedagógico (MENDES, HORN, REZENDE, 2019). Esses guias foram elaborados em conformidade com o Guia de tutoria pedagógica engendrado pela Fundação Itaú Social, em 2014. O que faz transparecer, com maior clareza, os objetivos do governo estadual em relação à organização da educação: transformá-la em um sistema de gerenciamento empresarial voltado para “controle de produção e qualidade”.

O projeto formativo de tutoria prevê, em seu âmago a implantação de uma pedagogia empreendedora, fundamentada em “competências e habilidades, no controle das funções docentes e pedagógicas, na formulação de uma hierarquia verticalizada no quadro organizacional escolar e na busca por resultados artificiais apresentados pelas provas diagnósticas de larga escala. É evidente o seu caráter puramente empirista diante dos processos formativos que são executados unicamente na esfera prática do cotidiano escolar sem que haja uma intervenção teórica direta para o tutorado, revelando-se como uma estratégia de subordinação e alienação das atividades educacionais.

Estruturalmente, segundo Mendes, Horn e Rezende (2019), as tutorias dividem-se em duas principais vias. A primeira é expressa pela orientação do professor em suas atividades didáticas, tais como: planos de aula e avaliações de desempenho (individuais e coletivas). Enquanto a segunda volta-se para qualificação da atuação prática docente em sala de aula, mensurando a capacidade do professor em interagir didaticamente com os alunos. Apesar das propostas de tutoria se apresentarem como recursos destinados a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, no campo da prática, exercem a função de controle e gerenciamento das atividades docentes e pedagógicas, servindo ao propósito de: “[...] melhorar as notas dos estudantes no ranking dos processos de avaliação em larga escala, como é o caso por exemplo, do IDEB e da Prova Paraná”. (MENDES, HORN, REZENDE, 2019. p.12)

Diante da contextualização desse projeto formativo gestado pelo Estado, traremos alguns relatos coletados no curso de formação inicial e continuada, desenvolvidos no âmbito do PIBEX/Unespar, que revelam a insatisfação de uma parcela dos trabalhadores em educação da rede pública educacional paranaense. Os relatos a seguir, foram coletados via formulário *google docs* aplicado durante as Conferências realizadas nos dias 14/05 e 10/06, com os respectivos temas: Atuação dos profissionais da Educação Básica do Paraná na construção de uma Educação Pública de Qualidade; Empresariamento da Educação Pública no Brasil e no Paraná. Aos participantes do curso, foi proposta a seguinte questão para atividades do dia 14 de maio: “A formação inicial e continuada das/os profissionais da educação básica tem garantido a formação integral desses sujeitos nos aspectos culturais, políticos, sociais, pedagógicos e técnicos, de forma que os habilite para o exercício da profissão e o engajamento nas lutas da categoria?”, da qual emergem as reflexões destacadas e analisadas a seguir.

A Universidade historicamente foi sempre muito falha na formação dos profissionais da educação. Os cursos universitários têm como ênfase o objeto de sua disciplina sem um olhar para o todo. Esse saber fragmentado não contribui para o entendimento da sociedade humana em seus âmbitos local, estadual, nacional ou mundial [...] A formação continuada ofertada pelo Estado é pífia e, nada mais se faz do que analisar gráficos e tabelas com o objetivo de melhor treinar os estudantes para alcançarem resultados melhores nas provas oficiais (Prova Paraná, Enem, etc.) [...]. (Professor da educação básica - 1)

A partir da transcrição do relato, podemos confirmar e fortalecer as argumentações suscitadas no decorrer desse trabalho. Em primeiro momento, há a reflexão sobre a necessidade da formação continuada em contraponto as lacunas da formação inicial, sendo utilizado como uma ferramenta de atualização do conhecimento teórico e prático docente, no sentido de aprimorar os processo de ensino e aprendizagem partindo das transformações sociais e trazendo isso para e realidade escolar, garantindo a extensão da formação em caráter permanente. Ademais, o relato denuncia também os objetivos centrais da formação continuada oferecido pela SEED, que estruturam-se sob metodologias antagônicas a formação política, cultural e intelectual dos alunos, mas que são significativas para o processo de ranqueamento estatístico das avaliações internas e externas, denotando um falso avanço educacional.

Os efeitos práticos dessas medidas são observados na autoestima dos professores. A retirada da autonomia didática, integrada pela imposição normativa do uso de plataformas para retenção de dados, implica na qualidade do ensino na medida em que o docente encontra-se coagido e incapacitado de participar ativamente do processo de construção do conhecimento, tornando-se apenas uma ferramenta assicrona. Nesse sentido, a próxima narrativa apresentará um panorama empírico do choque causado por essas transformações:

A educação pública sofre com a desestruturação a cada dia, com a terceirização das disciplinas, dos funcionários, a obrigatoriedade da utilização de plataformas meramente ilustrativas com pequenos efeitos pedagógicos, dentro de laboratórios sucateados sem Internet condizente com as necessidades, as tutorias expondo e ridicularizando os professores como se estes fossem meros estagiários do magistério, a pressão por resultados e alterações de dados para representação política, entre outros absurdos que precisamos enfrentar [...]. (Professor da educação básica - 2)

Outra questão que sobressai nas respostas ao questionamento feito, foi o desgaste da docência. Assim, várias foram as manifestações que apontaram para problemas que vão desde a defasagem nas estruturas físicas, que impedem cumprimento da função social da escola pública como, também, a alienação das condições de trabalho, fazendo com que os profissionais da educação encontrem-se submetidos às pressões por resultados. O programa formativo de Tutoria pedagógica, nesse sentido, apresenta-se como uma ferramenta de controle e direcionamento das atividades docentes e pedagógicas, impedindo assim o exercício de auto reflexão crítica acerca das práticas profissionais.

Na segunda conferência (14/05) do curso de formação, foram coletadas 127 respostas via *Google Forms*, dentre as quais cerca de 40 relatos abordavam diretamente a temática de fragmentação da formação continuada oferecida pelo Estado. Aponta-se para uma total disparidade dos conteúdos oferecidos em relação à realidade educacional, promovendo cursos pontuais bem distantes da esfera de atuação dos profissionais da educação. Um outro fator que submerge dos relatos, diz respeito a formação continuada para os funcionários de escola, pelo menos aqueles que ainda constituem o quadro de funcionários concursados. Os relatos apontam a ausência de atividades formativas, principalmente aquelas que abordam o caráter educativo da atuação desses profissionais. Muito disso origina-se do processo de terceirização dos profissionais da educação, no qual o Estado deixa de ter qualquer vínculo empregatício com os servidores. Portanto, se afasta da ideia de atuação desses sujeitos como profissionais da educação e se ausenta das responsabilidades formativas, como é relatado por uma das funcionárias:

Hoje, infelizmente essa formação não é tão continuada assim. Sou funcionária QFEB e posso dizer que quando participei do curso "profuncionário" e outros cursos que nos eram oferecidos, sim! Foram abordados assuntos muito importantes, onde aprendemos a abordar os alunos e ter consciência de que somos exemplo para eles. Mas a realidade de hoje, são funcionários terceirizados sem qualquer preparo ou formação alguma para estarem inseridos dentro de uma escola. (Funcionária de escola - QFEB)

Do relato acima destacado, podemos evidenciar a importância de uma formação que coloque os profissionais da Educação como sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem. Vale destacar que as ferramentas tecnológicas utilizadas pela Secretaria de Educação têm promovido o controle sobre o aspecto central do fazer pedagógico: o processo de ensino e de aprendizagem. Ao mesmo tempo, o processo de terceirização das atividades descaracteriza os funcionários de escola como profissionais da Educação. Isso se pode observar no relato acima, que trouxe a comparação da formação atual oferecida pela SEED, com o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profuncionário), que tinha entre seus objetivos fundamentais, a valorização do trabalho desses profissionais da educação, através do oferecimento dos cursos de formação inicial em nível técnico. O Profuncionário foi criado pelo Decreto 7.415 de 30 de dezembro de 2010 que instituiu a política nacional de formação dos profissionais da educação básica.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho refletimos sobre o caráter e a importância da formação continuada dos profissionais da educação para o cumprimento da função social da escola pública. Neste sentido apresentamos o projeto Observatório da Educação e suas ações com foco na formação sócio-histórica dos profissionais da educação básica. Ao mesmo tempo, evidenciamos que atualmente a formação continuada dos profissionais da educação básica pública no Estado do Paraná ganhou uma caráter técnico e instrumental afastando-se das discussões pedagógicas ao enfatizar o cumprimento de metas quantitativas com base nas avaliações externas.

Diante disso, apontamos a importância da APP Sindicato na oferta de atividades formativas em parceria com as Universidades públicas, em especial com a Unespar, no âmbito do Observatório da Educação da Unespar, campus de Paranavaí.

Das ações realizadas, trouxemos para análise as Conferências da Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação do qual destacamos relatos dos profissionais da Educação que apontam para a insatisfação quanto às condições de trabalho e os aspectos da formação continuada oferecidos pelo Estado.

Em conformidade com os resultados observados, concluímos que os cursos de formação inicial e continuada apresentam-se como uma via alternativa de formação significativa, trazendo para a esfera das discussões, no campo teórico e prático, suporte para visão crítico-reflexiva dos profissionais da educação em relação a atual conjuntura econômico/política educacional, principalmente no âmbito estadual. Essa estratégia faz parte de um movimento de resistência que visa conscientizar os atores dos processos de ensino e aprendizagem do plano neoliberal de sucateamento e privatização da educação pública.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

APP Sindicato dos trabalhadores em educação pública no Paraná. **Histórico da APP-Sindicato**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 01.out .2022.

BARBOSA, J. A.; SILVA, S. A. R. da; PINTO, F. de S. Formação continuada de professores: políticas, contextos e práticas / Continuous teacher education: policies, contexts and practices. **Brazilian Journal of Development**, *[S. l.]*, v. 7, n. 6, p. 55059–55069, 2021. Disponível em: https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/30788. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9394. htm. Acesso em: 30 out. 2022.

JARDILINO, J. R. L.; DINIZ, M. Universidade e Escola Básica: experiências de pesquisa colaborativa na formação continuada de professores/as. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 41, n. 1, p. e41958, 20 mar. 2019. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/41958. Acesso em: 20.out. 2022.

MENDES, A. A. P.; HORN , G. B.; REZENDE , E. T. de. As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense. **Roteiro**, *[S. l.]*, v. 45, p. 1–24, 2020. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/22393. Acesso em: 20 set. 2022.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009